

Publicado no DOM/ES  
Em: 25 MAR. 2020



MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO

**DECRETO N°. 209/2020**

**ALTERA TEMPORARIAMENTE PRAZO DE  
ATESTADO MÉDICO A SER SUBMETIDO À PERICIA  
MÉDICA DO MUNICÍPIO.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Municipal nº 202/2020, que declara situação de emergência de saúde pública, no Município de Guarapari, decorrente de pandemia em razão do Novo Coronavírus;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 4593-R, de 13 de março de 2020 e,

**CONSIDERANDO** que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Excepcionalmente, durante 30 (trinta) dias, a licença para tratamento de saúde própria com prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias consecutivos, será concedida automaticamente, por meio do setor de recursos humanos, com base em atestado médico que contenha:

- I – Carimbo com nome, especialidades e CRM do médico emitente;
- II – Código Internacional da Doença – CID;
- III – período de afastamento por extenso.

**§1º** - O servidor que apresentar atestado que não contenha as exigências dos incisos I, II e III deste artigo deverá ser submetido à perícia médica para concessão da licença.

**§ 2º** - Os atestados médicos emitidos deverão ser apresentados à chefia imediata, no prazo máximo de 03 (três) dias após o seu afastamento, que os remeterá ao setor de recursos humanos, para efeito de registro no sistema e comprovação da licença.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO**

**§ 3º** - Caberá aos responsáveis pelo controle de frequência a verificação dos atestados médicos quanto às exigências contidas nos incisos I, II e III deste artigo.

**§ 4º** - A não observância do estabelecido no § 2º deste artigo ocasionará registro de falta injustificada, ressalvados os casos excepcionais a serem analisados pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos – SEMAD.

**§ 5º** - Independentemente do número de dias de licença, novos pedidos de afastamento para tratamento da própria saúde, quando o total de dias de licenças excederem a 15 (quinze) dias, deverão ser submetidos à perícia médica, para avaliação do médico perito.

**§ 6º** - Os atestados a que se refere este artigo deverão ser arquivados no setor de recursos humanos, na pasta funcional do servidor.

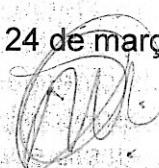
**Art. 2º** - Ficam dispensados, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste Decreto, o comparecimento de servidores à perícia médica para a renovação de licenças médicas já concedidas e em curso, nos casos em que o servidor possuir laudo médico que ateste a continuidade dos problemas que o levaram ao afastamento.

**Parágrafo único** – Caberá aos servidores a apresentação do laudo médico descrito no *caput* deste artigo, à chefia imediata, no prazo máximo de 03 (três) dias após o vencimento da licença, que os remeterá ao setor de recursos humanos, para efeito de registro no sistema e comprovação da renovação da licença.

**Art. 3º** - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos – SEMAD.

**Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guarapari (ES), 24 de março 2020.

  
**EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**  
Prefeito Municipal